

1 - Relatório Anual do Conselho de Administração

CERBRANORTE

2015



ÍNDICE

1. RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE.....	2
1.1 INTRODUÇÃO	2
1.1.01 - Histórico.....	2
1.1.02 Mensagem da Administração.....	3
1.1.03 Mensagem do Presidente.....	3
1.2 CENÁRIO	5
1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	6
1.2.02 - Comportamento do Mercado.....	6
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo.....	7
1.2.04 – Receita Faturada.....	8
1.2.05 - Número de Consumidores.....	9
1.2.06 – Tarifas	9
1.2.07 - Qualidade do Fornecimento	11
1.2.08 - Atendimento ao Consumidor.....	11
1.2.09 - Tecnologia da Informação.....	11
1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro.....	12
1.2.11 – Investimentos	13
1.2.12 - Captações de Recursos.....	13
1.2.13 - Valor Adicionado	14
1.2.14 - Relações com o Mercado	15
1.3 – GESTÃO	16
1.3.01 - A CERBRANORTE em Números	17
1.4 - BALANÇO SOCIAL	19
1.4.01 - Recursos Humanos	19
1.4.02 - Responsabilidade Social.....	19
1.4.03 – CIPA.....	19
1.4.04 - Programa de Estagiários.....	20
1.4.05 – Balanço Social.....	20
1.5 - AGRADECIMENTOS	21
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS	22
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERBRANORTE	57
4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58

1. RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE É CERBRANORTE

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.01 - Histórico

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o passar dos anos e com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de succção para 100 cavalos, com dinamo de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Apesar de inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 KV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o atual presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos próximos anos.

Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) têm áreas de atendimento feito pela CERBRANORTE. Um total de 21.011 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribui para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

1.1.02 Mensagem da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2015.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2014, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

1.1.03 Mensagem do Presidente

A cada dia que passa surgem novos desafios, que consequentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o consequente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2015, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte.

O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte.

Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída em 2014.

Adquirimos também novos equipamentos, assegurando agilidade e confiabilidade aos colaboradores internos de modo a satisfazer os associados, de todas as classes, entre residências, indústrias, comércio, propriedades rurais e poder público.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

Salientamos que, mesmo com os diversos encargos e investimentos necessários ao novo cenário (Regulado), não houve prejuízo ao atendimento do consumidor e, muito menos, na qualidade da prestação de nosso serviço. O índice de 77,55 de satisfação do consumidor da Cerbranorte, levantado através da Pesquisa IASC 2014, corrobora essa informação, apesar de ficar abaixo da expectativa da Cerbranorte. Este indicador coloca a Cerbranorte com índice de satisfação superior a média, entre as permissionárias com mais de 10.000 mil Unidades Consumidoras. No cenário nacional, a 10ª posição no ranking, confirma o modelo cooperativista das pequenas permissionárias como um bom exemplo a ser seguido para garantir a satisfação dos consumidores de energia elétrica. Tal fator nos traz orgulho e ânimo para os desafios que nos aguardam no futuro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, Senhores Associados, Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

1.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 54 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km².

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. O ano de 2013 foi marcado pela expansão do setor da construção civil, impulsionando o crescimento do consumo de energia. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores.

Os poucos de recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

A CERBRANORTE possui a certificação atendendo a Norma **NBR ISO 9001:2008**, referente à aplicação de coleta de dados para apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes, em atendimento à Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 414/2010. O referido processo de Certificação está sendo conduzido pela Brtuv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 15.797 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. A Cerbranorte é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

1.2.02 - Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

	Balanço Energético em GWh	
	2015	2014
Geração própria	0	0
CELESC	135,61	131,39
PROINFA	3,52	3,15
Total	139,13	134,54
Disponibilidade		
Consumidores - distribuição	124,92	122,99
Direta		
Consumidores livres	0	0
Concessionárias	0	0
Energia Contratual	0	0
Energia de curto prazo	0	0
Fornecimento e suprimento	124,92	122,99
Perdas e diferenças	10,21	8,58

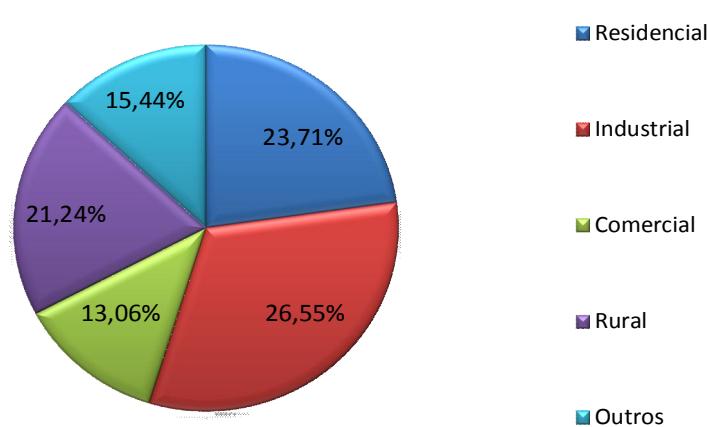
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2015 foi de 124,92 Giga watts-hora, apresentando aumento de apenas 1,57% em relação a 2014. A classe industrial foi o segmento do mercado que mais cresceu em 2015, com um aumento de 8,50% na energia consumida. O Suprimento à Ceral – Cooperativa de Energia de Anitápolis foi o segmento que teve a maior queda na distribuição de energia, contribuindo para que o índice geral ficasse bem abaixo do percentual de crescimento de 2014.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2015	2014	%
Residencial	28,44	28,53	-0,32
Industrial	39,97	36,84	8,50
Comercial	15,61	15,37	1,56
Rural	24,65	24,52	0,53
Outros	16,25	17,73	-8,35
Total	124,92	122,99	1,57

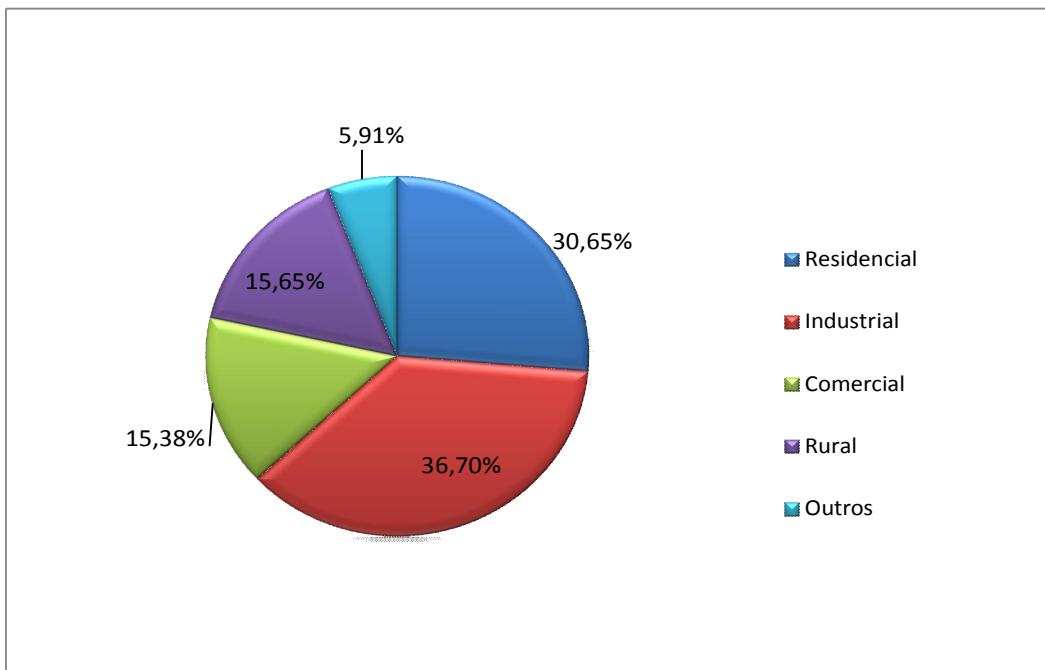


1.2.04 É Receita Faturada

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R\$ 49.306 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2015	2014	%
Residencial	12.997	11.003	18,12
Industrial	18.097	13.896	30,23
Comercial	7.584	6.271	20,94
Rural	7.716	5.995	28,71
Outros	2.912	2.553	14,07
Total	49.306	39.718	24,14



1.2.05 - Número de Consumidores

O número de consumidores associados, incluindo o suprimento, faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,78% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2015	2014	%
Residencial	10.460	9.947	5,16
Industrial	612	773	-20,83
Comercial	1532	1499	2,20
Rural	3039	2997	1,40
Outros	154	154	0,00
Total	15.797	15.370	2,78

1.2.06 - Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela Distribuidora.

No Brasil as tarifas de energia elétrica são do tipo “Price Cap” (Tarifa pelo preço). Nesse regime regulatório o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme características específicas também de cada área de concessão ou permissão.

O conjunto das tarifas aplicadas aos consumidores finais por classe de consumo, no mercado da permissionária, forma a receita requerida, necessária ao equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão ou permissão.

1.2.06.01 - TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2015, atingiu R\$ 394,70/MWh, com um aumento de 22,5 % com relação a dezembro de 2014.

OBS: Os valores a seguir demonstrados estão expressos em (Reais/mil).

Classe

**Tarifa média de Fornecimento
em R\$/MWh**

Residencial	457,00
Industrial	452,76
Comercial	485,84
Rural	313,02
Poderes Publicos	465,07
Outros	151,05

1.2.06.02 - ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcada “A” (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcada “B” (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

							Valores em R\$ mil
	Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	12.997,56	18.097,40	7.584,62	7.716,13	678,69	2.244,46	
Energia faturada em GWh	28.437	39.974	15.610	24.648	1.465	14.824	
<u>Energia + ICMS</u>	<u>12.997.556,29</u>	<u>18.097.401,75</u>	<u>7.584.620,27</u>	<u>7.716.129,20</u>	<u>678.690,45</u>	<u>2.244.456,88</u>	
(-) Impostos	2.360,09	4.524,32	1.896,09	1.511,71	115,75	423,87	
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ICMS	2.360,09	4.524,32	1.896,09	1.511,71	115,75	423,87	
(-) Encargos Setoriais	1.177,80	1.655,64	646,54	1.020,87	60,68	613,98	
Fiscalização	16,40	23,05	9,00	14,21	0,84	8,55	
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
P&D/PEE	87,11	122,45	47,82	75,51	4,49	45,41	
Bandeiras	593,48	834,25	325,78	514,40	30,57	309,38	
CDE	480,82	675,89	263,94	416,75	24,77	250,65	
(-) Custo da energia	4.576,01	6.432,52	2.511,92	3.966,30	235,74	2.385,45	
Energia	3.802,33	5.344,94	2.087,22	3.295,70	195,89	1.982,13	
PROINFA	180,55	253,81	99,11	156,50	9,30	94,12	
TUSD	593,13	833,77	325,59	514,10	30,56	309,20	
(=) Residual (Custos gerenciáveis)	4.883,65	5.484,92	2.530,07	1.217,25	266,52	-1.178,85	

Parcela	Em 2015	Em 2014	Valores em R\$ mil	
				Variação
Parcela A	73%	36.115,29	74%	29.486,38
Parcela B	27%	13.203,56	26%	10.240,76
Tarifa Aplicada	100%	49.318,85	100%	39.727,14

1.2.07 - Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2014	6,31	9,60	0,19
2015	8,34	8,32	0,17

1.2.08 - Atendimento ao Consumidor

Durante o ano de 2015 a Cerbranorte atendeu a 23.068 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 1052 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 84.288 kVA. Equipamentos foram e estão sendo adquiridos para uso pelos técnicos de campo de forma *RealTime*, visando racionalizar as atividades relacionadas à operação do sistema de distribuição, através da diminuição do tempo de atendimento e dos custos de deslocamento envolvidos.

No final de 2015, foi aprovado o projeto de reforma e ampliação da sede administrativa, objetivando trazer maior conforto ao consumidor que vem até a Cerbranorte, além de melhores condições de trabalho para a equipe administrativa.

Além da facilidade de acesso aos 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, está disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800. Redes sociais como Facebook e Watzap, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e disponibilizam acesso a vários serviços.

1.2.09 - Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). O processo de modernização dos equipamentos de TI é constante na CERBRANORTE. Os investimentos do final de 2015, aconteceram de maneira mais forte em

servidores, objetivando garantir a segurança de dados e manutenção ininterrupta do serviço, devendo se entender por todo o ano de 2016, até que todo o projeto de ampliação dos recursos de TI seja implantado.

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva. Nossos relígadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

O site da Cerbranorte, agiliza o acesso dos consumidores a serviços on-line, como emissão de segundas vias e comunicação dos mesmos com a Cerbranorte. A Área do Consumidor no site, ainda possibilita o acompanhamento do histórico de consumo e atualização de dados cadastrais. Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedicação. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades. O sistema de SMS permite a rápida comunicação entre o consumidor e a Cerbranorte, automatizando inclusive as solicitações de código de barras para pagamento da fatura, verificação de dívidas e comunicação de falta de energia, de forma totalmente gratuita.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

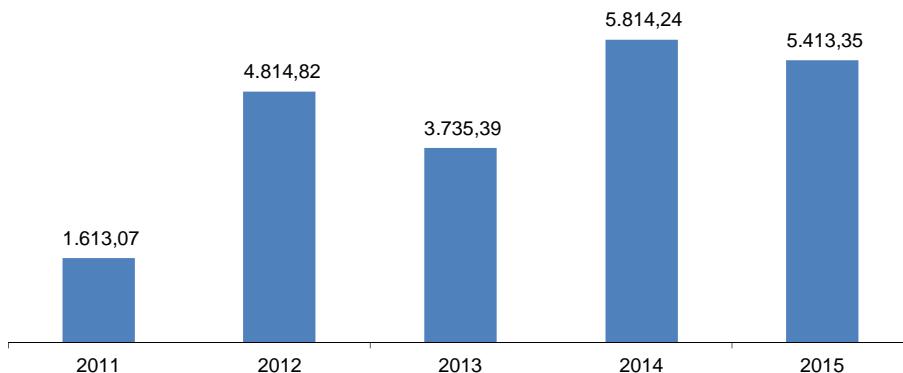
1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2015, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 1.860 mil. Comparado com as R\$ 2.068 mil de 2014, diminuindo R\$ 208 mil, representando um percentual de 10,06% menores que no exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Aumento significativo dos Encargos Setoriais; b) Aumento das Despesas Financeiras; c) Valor dos Impostos sobre o Lucros maiores que o do exercício de 2014.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 2.861 contra R\$ 2.981 mil em 2014, 4,03% menores em relação ao exercício anterior. O resultado praticamente se mante não tendo nenhum indicador isolado que possa comprovar a pequena variação entre os exercícios, apenas podem ser citados uma pequena diminuição das despesas com material e serviços de terceiros.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.413,35 Mil, inferior em 6,89% a 2014, que foi de R\$ 5.814,24 Mil, conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



1.2.11 Investimentos

Em 2015, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 16.982 mil, 271,29% superiores a 2014. Esse aumento no investimento deu devido a imobilização da nova subestação de 138 kV, finalizada em 2014, e unitizada em 2015, investimento de aproximadamente 12 milhões de reais. A seguir quadro dos investimentos já imobilizados:

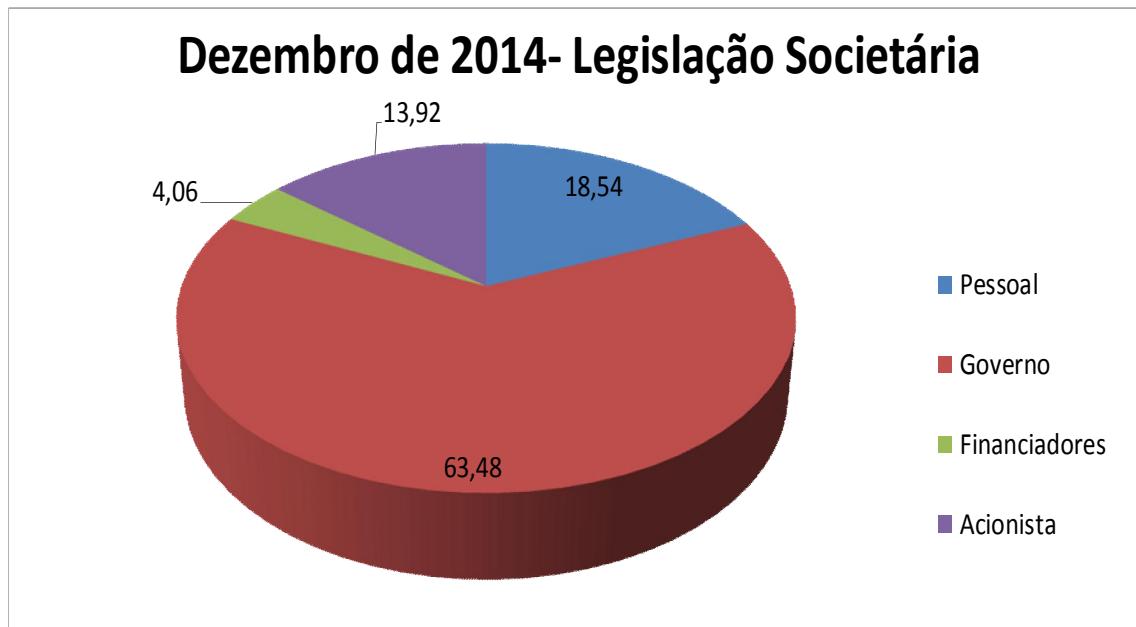
	Investimentos - R\$ mil		
	2015	2014	%
Obras de Transmissão	0	0	-
Obras de Distribuição	16.982	4.574	271,29
Obras Ligações e Medições	16.839	4.399	282,77
Veículos	0	82	(100,00)
Equipamento Geral	105	83	25,88
Intangível	38	9	311,97
Total	16.982	4.574	271,29

1.2.12 - Captações de Recursos

Parte dos investimentos de 2015 foram realizados com recursos próprios. Já para a conclusão da subestação 138 KV foram necessários a captação de recursos de terceiros. Essa captação para construção desta subestação, cujo o custo foi de aproximadamente de 12 milhões, era indispensável para garantia da continuidade do fornecimento na área de atuação da Cerbranorte, além de fornecer qualidade e segurança na distribuição de energia elétrica.

1.2.13 - Valor Adicionado

Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 27.173,09 (Reais/mil), representando 45,36% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.629 (Reais/mil), composto por 503.650 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,005
Manoel da Silva	25	0,005
Irio Luiz Volpato	25	0,005
Juliano Kuerten Costa	25	0,005
Jacinto Della Giustina	25	0,005
Zeno Wiggers	25	0,005
Laudir Vieira da Luz	25	0,005
Demais Associados	503.475	99,965
T O T A L	503.650	100,000

1.2.14 - Relações com o Mercado

A permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento presencial na sede social, situado à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte – SC e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, www.cerbranorte.com.br disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2015 a permissionária investiu R\$ 71 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, do crescimento regional e da nova realidade da Cerbranorte perante as exigências da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, o quadro de empregados da permissionária apresentou aumento de dois colaboradores.

1.3 É GESTÃO

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2016.

1.3.01 - A CERBRANORTE em Números

Área de concessão (Km ²)	510,22	510,22	0,00
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00
Demandá máxima (MWh/h)	29	28	3,45
Distribuição direta (GWh)	124,92	122,94	1,59
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	394,70	323,00	18,17
Residencial	457,00	385,66	15,61
Comercial	485,84	408,05	16,01
Industrial	452,76	377,17	16,70
Rural	313,02	244,52	21,88
Suprimento	61,25	54,89	10,38
DEC (horas)	8,34	6,31	24,34
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00
FEC (número de interrupções)	8,32	9,60	-15,38
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2	2	9,09

1.3.01.01 - Operacionais	2015	2014	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	1	0	0
Linhos de transmissão (Km)	0	0	0
Linhos de distribuição (Km)	1.588	1.365	16,34
Capacidade instalada (MW)	84	81	3,70

1.3.01.02 - Financeiros

Receita operacional bruta (R\$ mil)	59.906	60.693	(1,30)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.899	51.264	(14,37)
Margem operacional do serviço líquida (%)	1,36	1,18	15,26
EBITDA OU LAJIDA	5.413	5.814	(6,90)
Lucro líquido (R\$ mil)	3.913	5.045	(22,44)
Lucro líquido por mil cotas	4	5	(22,44)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	21.772	17.832	22,10
Valor patrimonial por cota R\$	1	1	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	17,97	28,29	(36,48)

1.3.01.03 - Endividamento do patrimônio líquido (%)

Em moeda nacional (%)	119,22%	113,80%	4,76
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

1.3.01.04 - INDICADORES DE PERFORMANCE

	2015	2014
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	2,20	2,18
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.480	1.462
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	8,81	8,76
Retorno de Ativos por Unidade:	0,14	0,19

1.4 - BALANÇO SOCIAL

1.4.01 - Recursos Humanos

Em 2015, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos profissionalizante e superior, diretamente ligados à atividade fim e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

1.4.02 - Responsabilidade Social

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE sempre busca colaborar com a comunidade, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. No ano de 2015, deu continuidade ao desenvolvimento do COOPERJOVEM, programa social voltado às escolas, cujo objetivo é divulgar o cooperativismo e seus princípios às crianças do 1º ao 9º ano escolar. Também auxiliou aos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna com os preparativos para o Natal, através da instalação da iluminação e decoração: nas igrejas, nas praças e nas principais ruas, onde a população pode fazer visitação e assistir shows natalinos.

1.4.03 É CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso, pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e, divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

1.4.04 - Programa de Estagiários

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Em 2015 o programa de estágio da cooperativa contemplou 03 estagiários.

1.4.05 É Balanço Social

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2015			2014		
Receita Líquida (RL)	43.898,66			51.264,31		
Resultado Operacional (RO)	4.221,92			5.084,21		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.314,03			5.677,06		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	1.818,68	28,80%	4,14%	1.578,30	27,80%	3,08%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	161,53	2,56%	0,37%	148,14	2,61%	0,29%
Alimentação	664,07	10,52%	1,51%	568,44	10,01%	1,11%
Outros - Seguros	23,33	0,37%	0,05%	26,67	0,47%	0,05%
Total - Indicadores Laborais	2.667,61	42,25%	6,08%	2.321,55	40,89%	4,53%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.226,86	384,35%	36,96%	9.463,47	186,13%	18,46%
Total - Indicadores Sociais	16.226,86	384,35%	36,96%	9.463,47	186,13%	18,46%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	94			92		
Admissões durante o período	5			2		
Demissões durante o período	5			0		
Empregados acima de 45 anos	29			30		
Mulheres que trabalham na empresa	14			14		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,5			8,8		
Número total de acidentes de trabalho	7			5		

1.5 - AGRADECIMENTOS

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debate das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2015.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS



Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014
Balanço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2015	2014
<u>Circulante</u>		<u>17.920,41</u>	<u>11.351,92</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	6.414,49	1.969,79
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	8.377,25	6.299,12
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Dúvida	8	(471,32)	(506,29)
Impostos e Contribuições Sociais	10	339,98	266,56
Estoques	11	397,43	360,59
Ativos Regulatórios	13	1.118,18	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	12	129,26	25,42
Outros Créditos	9	1.615,14	2.936,73
<u>Não Circulante</u>		<u>29.807,44</u>	<u>26.771,70</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>13.693,24</u>	<u>4.936,52</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	14	12.629,88	4.255,31
Impostos e Contribuições Sociais	10	328,72	524,70
Ativos Regulatórios	13	707,06	0,00
Outros Créditos	9	27,58	156,51
Investimentos	15	43,71	43,71
Imobilizado	16	0,00	1.326,50
Intangível	17	16.070,49	20.464,97
TOTAL DO ATIVO		<u>47.727,85</u>	<u>38.123,62</u>

PASSIVO	NE	2015	2014
<u>Circulante</u>		<u>12.085,17</u>	<u>7.356,00</u>
Empréstimos e Financiamentos	18	1.508,63	651,15
Fornecedores	19	3.689,14	3.148,92
Impostos e Contribuições Sociais	10	1.318,02	267,26
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	20	904,26	832,76
Encargos do Consumidor a Recolher	21	1.437,25	53,21
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	22	1.140,10	932,15
Passivos Regulatórios	13	1.231,16	0,00
Provisão para Contingências	23	0,00	326,00
Outras Contas a Pagar	24	856,61	1.144,55
<u>Não Circulante</u>		<u>13.870,58</u>	<u>12.935,82</u>
Empréstimos e Financiamentos	18	10.587,85	12.035,31
Provisão para Contingências	23	2.746,57	364,35
Outras Contas a Pagar	24	536,16	536,16
<u>Patrimônio Líquido</u>	25	<u>21.772,10</u>	<u>17.831,80</u>
<u>Capital Social</u>		<u>2.629,64</u>	<u>2.602,35</u>
<u>Reserva de Capital</u>		<u>726,46</u>	<u>726,46</u>
<u>Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial</u>		<u>0,00</u>	<u>817,13</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>15.738,75</u>	<u>11.617,01</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>15.738,75</u>	<u>11.617,01</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>2.677,25</u>	<u>2.068,85</u>
<u>Sobras a Disposição da AG</u>		<u>2.677,25</u>	<u>2.068,85</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>47.727,85</u>	<u>38.123,62</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014
Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2015	2014
Receita Operacional	26	59.906,01	60.692,84
Fornecimento de Energia Elétrica		17.676,90	11.563,35
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		31.342,12	27.914,13
Receita de Construção		5.393,80	15.670,60
Outras Receitas Operacionais		5.493,19	5.544,76
(-) Deduções da Receita Operacional	27	16.007,35	9.428,53
Tributos Sobre a Receita		10.831,84	8.690,41
Encargos Setoriais		5.175,51	738,12
(=) Receita Operacional Líquida	28	43.898,66	51.264,31
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	29	36.261,07	43.208,80
Energia Comprada para Revenda		20.107,95	20.057,84
Custo de Operação		10.759,32	7.474,92
Custo de Construção		5.393,80	15.670,60
Custo dos Outros Serviços Prestados		0,00	5,44
(=) Resultado Operacional Bruto		7.637,59	8.055,51
(-) Despesas Operacionais		3.415,67	2.971,30
Despesas com Vendas	29	-34,82	67,78
Despesas Gerais e Administrativas	29	2.861,88	2.981,30
Outras Receitas e Despesas Líquidas	29	588,61	(77,78)
(=) Resultado do Serviço		4.221,92	5.084,21
(+) Resultado Financeiro	30	-200,95	-3,66
Receitas Financeiras		939,65	351,98
(-) Despesas Financeiras		1.140,60	355,64
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		4.020,97	5.080,55
(-) IRPJ	33	73,03	21,84
(-) CSLL	33	34,93	13,10
(=) Resultado Líquido do Exercício		3.913,01	5.045,61

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ 86.433.042/0001-31

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras				Reservas ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição	Reserva de Investimento e Ampliações		
Saldo em 31/12/2013	2.581,25	726,46	817,13	1.653,70	585,71	4.385,01	925,72	1.090,11	12.765,09
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	21,10	-	-	-	-	-	-	-	21,10
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	-	1.090,11	-1.090,11
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-166,21	-175,40	-	341,61	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.045,61	5.045,61
Destinações Estatutárias	-	-	-	493,50	357,40	2.467,47	-	-3.318,37	0,00
Saldo em 31/12/2014	2.602,35	726,46	817,13	2.147,20	776,90	6.677,08	2.015,83	2.068,85	17.831,80
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	27,29	-	-	-	-	-	-	-	27,29
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	-	2.068,85	-2.068,85
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-318,47	-267,08	-	585,55	0,00
- Por Proposta a AGO	-	-	-817,13	-	-	-	-	817,13	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.913,01	3.913,01
Destinações Estatutárias	-	-	-	364,16	453,47	1.820,81	-	-2.638,44	0,00
Saldo em 31/12/2015	2.629,64	726,46	0,00	2.511,36	911,90	8.230,81	4.084,68	2.677,25	21.772,10

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014
Demonstração dos Fluxos de Caixa
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	3.913,01	5.045,61
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	10.705,34	2.166,49
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-34,97	81,03
Depreciação e Amortização	1.230,59	782,77
Baixas do Intangível	8.183,22	986,29
Baixas do Imobilizado	1.326,50	316,40
Variações no Ativo	-10.845,54	-3.748,49
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-2.078,13	-1.455,54
Impostos e Contribuições Sociais	122,56	-635,06
Estoque	-36,84	-136,71
Ativos Regulatórios	-1.825,24	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	-103,84	-3,00
Ativo Financeiro da Concessão	-8.374,57	-962,40
Outros Realizáveis	1.450,52	-555,78
Variações no Passivo	6.253,91	693,47
Fornecedores	540,22	45,29
Impostos e Contribuições Sociais	1.050,76	-265,65
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	71,50	44,84
Encargos do Consumidor a Recolher	1.384,04	21,73
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	207,95	292,27
Passivos Regulatórios	1.231,16	0,00
Provisões p/Contingências	2.056,22	0,00
Outras Exigibilidades	-287,94	554,99
Total das Atividades Operacionais	10.026,72	4.157,08
Atividades de Investimento		
Aplicações no Intangível	5.019,33	14.457,53
Aplicações no Imobilizado	0,00	873,12
Total das Atividades de Investimento	5.019,33	15.330,65
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	-589,98	12.245,28
Aumentos de Capital	27,29	21,10
Total das Atividades de Financiamento	-562,69	12.266,38
Total dos Efeitos no Caixa	4.444,70	1.092,81
Saldo Inicial de Caixa	1.969,79	876,98
Saldo Final de Caixa	6.414,49	1.969,79
Variação no Caixa	4.444,70	1.092,81

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2015 e 2014
Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas	59.940,83	60.625,06
Venda de Energia e Serviços	54.219,51	44.792,75
Receita de Construção	5.393,80	15.670,60
Outros Receitas Operacionais	292,70	229,49
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	34,82	-67,78
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	31.576,30	38.987,73
Insumos Consumidos	31.576,30	38.987,73
Energia Comprada para Revenda	17.507,51	13.690,11
Encargo de Uso de Rede Elétrica	2.600,44	6.367,73
Outros Insumos Adquiridos	2.011,71	447,09
Material e Serviços de Terceiros	4.062,84	2.812,20
Custo da Construção	5.393,80	15.670,60
(=) Valor Adicionado Bruto	28.364,53	21.637,33
(-) Depreciações e Amortizações	(1.190,43)	(730,03)
(=) Valor Adicionado Líquido	27.174,10	20.907,30
(+) Valor Adicionado Transferido	939,65	351,98
Receitas Financeiras	939,65	351,98
(=) Valor Adicionado a Distribuir	28.113,75	21.259,28
Distribuição do Valor Adicionado:	28.112,75	21.259,28
Pessoal	5.212,27	4.889,60
Remunerações	3.961,42	3.779,77
Encargos Sociais - FGTS	350,06	289,37
Auxílio Alimentação	664,07	568,44
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	236,72	252,02
Governo	17.846,87	10.968,43
Federal	6.947,32	2.118,86
Estadual	10.886,52	8.844,90
Municipal	13,03	4,67
Financiadores	1.140,60	355,64
Outros Encargos Financeiros	1.140,60	355,64
Cooperados	3.913,01	5.045,61
Sobras Retidas	3.913,01	5.045,61
Valor Adicionado (médio) por Empregado	299,07	231,08

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRANORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2015, a CERBRANORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos Setoriais	
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	Receita Irrecuperável (2.4.7)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.8)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D e PEE (2.4.3)	Pessoal
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.4)	Material
	Serviços de Terceiros
Encargos de Transmissão (2.4.5)	Despesas Gerais e Outras
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)	Despesas de Capital
	Cotas de Depreciação (2.4.9)
	Remuneração do Capital (2.4.10)

2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.3. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL e se refere à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.5. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.6. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.7. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.8. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.10. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias - O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias devam considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, revisado pela Resolução Normativa nº 689/2015 de 1º de dezembro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser recolhidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A CERBRANORTE aplicou a bandeira tarifária vermelha para seus consumidores no período de julho a dezembro de 2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, firmou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 025/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A Cooperativa efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

4.6. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.12. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Receitas e Despesas - A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Receita Não Faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e à receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 33.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber - Consumidores: apresentados na nota 7;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 14;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 18;

Fornecedores: apresentados na nota 19.

5.2. Valor Justo

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Ativo	26.950,30	26.950,30	12.017,93	12.017,93
Caixa e equivalentes de caixa	6.414,49	6.414,49	1.969,79	1.969,79
Contas a receber	7.905,93	7.905,93	5.792,83	5.792,83
Ativo Indenizável (Permissão)	12.629,88	12.629,88	4.255,31	4.255,31
Passivo	15.785,62	15.785,62	15.835,38	15.835,38
Empréstimos e Financiamentos	12.096,48	12.096,48	12.686,46	12.686,46
Fornecedores	3.689,14	3.689,14	3.148,92	3.148,92

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados	Empréstimos	Passivos	Total
	a Venda	e Recebíveis	Financeiro s	
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativo	12.629,88	14.320,42	-	26.950,30
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.414,49	-	6.414,49
Contas a receber	-	7.905,93	-	7.905,93
Ativo Indenizável (Permissão)	12.629,88	-	-	12.629,88
Passivo	-	-	3.689,14	15.785,62
Empréstimos e Financiamentos	-	-	12.096,48	12.096,48
Fornecedores	-	-	3.689,14	3.689,14
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativo	4.255,31	7.762,62	-	12.017,93
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.969,79	-	1.969,79
Contas a receber	-	5.792,83	-	5.792,83
Ativo Indenizável (Permissão)	4.255,31	-	-	4.255,31
Passivo	-	-	3.148,92	15.835,38
Empréstimos e Financiamentos	-	-	12.686,46	12.686,46
Fornecedores	-	-	3.148,92	3.148,92

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2015	2014
Caixa e Bancos				1.658,89	1.571,54
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Econômica Federal	FIC Giro Empresas	Imediato	1,07% a m	544,12	398,25
Caixa Econômica Federal	FIC Caixa Top	Imediato	1,13% a m	4.211,48	
				4.755,60	398,25
				6.414,49	1.969,79

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos	Vencidos		Total	
	Vencidos	até 90 dias	mais 90 dias	2015	2014
Consumidores					
Residencial	1.572,58	273,87	64,14	1.910,59	1.612,11
Industrial	2.159,61	419,77	59,85	2.639,23	2.254,20
Comercial	1.014,73	123,48	28,12	1.166,33	947,52
Rural	952,77	100,45	20,68	1.073,90	856,83
Poder Público	83,03	0,05	-	83,08	80,97
Iluminação Pública	194,28	44,74	-	239,02	121,09
Serviços Públicos	42,50	-	-	42,50	34,04
Suprimento	38,87	-	-	38,87	257,42
Participação Financeira	94,97	-	-	94,97	65,39
Serviços Taxados/Outros	99,70	-	-	99,70	69,55
Parcelamentos					
Residencial	32,96	-	-	32,96	-
Industrial	928,93	-	-	928,93	-
Comercial	18,64	-	-	18,64	-
Rural	8,53	-	-	8,53	-
	7.242,10	962,36	172,79	8.377,25	6.299,12

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2015	2014
Consumidores		
Residencial	73,38	64,27
Industrial	76,44	78,95
Comercial	32,13	24,88
Rural	18,11	66,93
Soma	200,06	235,03
Outros Crédito		
Outros Parcelamentos	271,26	271,26
	471,32	506,29

9. Outros Créditos

	2015	2014
<u>Circulante</u>		
<u>Devedores Diversos</u>		
Empregados	90,46	11,49
Adiantamento a Fornecedores	55,74	141,56
Prefeitura Municipal de BN	58,57	58,57
Diferença Mensal de Receita - DMR	73,26	70,85
	278,03	282,47
<u>Outros Créditos</u>		
Parcelamento de Energia (1)	-	397,17
Uso Mútuo de Postes	15,44	43,13
Subvenção CDE	675,38	1.715,94
Outros	646,29	498,02
	1.337,11	2.654,26
Soma do Circulante	1.615,14	2.936,73
<u>Não Circulante - Realizável a Longo Prazo</u>		
<u>Outros Créditos</u>		
Depósitos Vinculados a Litígios	27,58	156,51

(1) A partir do exercício de 2015 o saldo de parcelamentos está sendo apresentado como valores a receber de consumidores, entendidos como a apresentação mais adequada.

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2015	2014
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	49,68	4,70
Contribuições Sociais a Recuperar	65,31	38,02
ICMS a Recuperar	224,99	223,84
	339,98	266,56
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	328,72	524,70
	328,72	524,70
Passivo Circulante		
ISS PMBN a Recolher	9,56	6,09
ICMS a Pagar	785,28	60,93
INSS a Recolher	305,85	115,92
FGTS a Recolher	88,91	39,42
IRRF a Recolher	5,07	1,12
Contribuições Sociais na Fonte	1,47	1,20
PIS a Pagar	12,69	6,41
COFINS a Recolher	1,23	1,23
IRPJ a Pagar	73,03	21,84
CSLL a Pagar	34,93	13,10
	1.318,02	267,26

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte e pagamento mensal por estimativa.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 33.

11. Estoques

	2015	2014
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	76,09	100,15
Estruturas	98,03	105,52
Medidores	27,93	29,54
Capacitores	5,97	-
Chaves	36,43	20,24
Isoladores	65,46	-
Transformadores	3,77	8,35
Parafusos e Ferragens	34,85	43,87
Materiais Diversos	47,06	49,60
Sucata	1,84	3,32
	397,43	360,59

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 34.

13. Ativos e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERBRANORTE, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil - Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	2015	2014
Ativos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	1,58	-
CDE - Neutralidade	138,67	-
PROINFA - Neutralidade	24,61	-
IF - CUSD Energia	453,25	-
<u>Em Amortização</u>		
Programas Governamentais - DMR	44,52	-
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	455,55	-
	1.118,18	-
Não Circulante		
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	707,06	-
	1.825,24	-
Passivos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
Bandeiras Tarifárias	1.086,48	-
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	4,10	-
CDE - Neutralidade	45,04	-
PROINFA - Neutralidade	53,40	-
Compensação DIC/FIC	42,14	-
	1.231,16	-

14. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcada estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcada remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo

intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Ativo Intangível - Permissão	16.070,49	20.464,97
Soma do Intangível	16.070,49	20.464,97
Ativo Financeiro Indenizável	12.629,88	4.255,31
Soma do Financeiro	12.629,88	4.255,31

	Ativo Financeiro Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.292,91
Transferência para Ativo Financeiro	962,40
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.255,31
Transferência para Ativo Financeiro	8.374,57
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.629,88

15. Investimentos

Participação	Valor	
	2015	2014
Investimentos		
Participações Societárias		
Avaliadas pelo Custo		
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	21,69
Fecoerusc	0%	1,20
CREDIVALE	0%	20,82
		43,71
		43,71

16. Imobilizado

	2015	2014
Distribuição		
Linhas Redes e Subestações		
Imobilizado em Curso		
Material em Depósito	-	493,13
Subestações		
Gastos a Ratear	-	576,75
Adiantamento a Fornecedores	-	256,62
	-	833,37
	-	1.326,50

17. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf. Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão	30.183,56	(4.834,68)	25.348,88	(4.255,31)	(718,27)	20.375,30
Outros intangíveis	166,44	(76,77)	89,67	-	-	89,67
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.350,00	(4.911,45)	25.438,55	(4.255,31)	(718,27)	20.464,97
Direito de uso da permissão	35.659,91	(5.981,62)	29.678,29	(12.629,88)	(1.070,29)	15.978,12
Outros Intangíveis	204,08	(111,71)	92,37	-	-	92,37
Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.863,99	(6.093,33)	29.770,66	(12.629,88)	(1.070,29)	16.070,49

17.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo

mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

17.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

17.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

17.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

18. Empréstimos e Financiamentos

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	1.431,66	507,16
Caixa Económica Federal - Contrato 25/41	4,16	52,03
Caixa Económica Federal - Contrato 26/22	1,49	18,62
Bradesco - Contrato 878391/8	43,83	45,07
Bradesco - Contrato 886524/8	27,49	28,27
	1.508,63	651,15
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	10.505,04	11.875,53
Caixa Económica Federal - Contrato 25/41	-	4,16
Caixa Económica Federal - Contrato 26/22	-	1,49
Bradesco - Contrato 878391/8	49,54	93,37
Bradesco - Contrato 886524/8	33,26	60,76
	10.587,84	12.035,31

Captação de recursos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 8.311 mil.

Taxa de juros: 4,9% a.a.

Período de amortização: 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.

Carência: início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 4.006 mil.

Taxa de juros: 3,5% a.a.

Período de amortização: 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.

Carência: início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

Garantias: Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a cooperativa dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

19. Fornecedores

	2015	2014
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	2.621,72	2.296,47
	2.621,72	2.296,47
Material e Serviço		
Material e Serviço	1.067,41	852,45
	1.067,41	852,45
	3.689,13	3.148,92

20. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2015	2014
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	210,55	196,70
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	77,85	71,16
Consignação a Favor de Terceiros	36,38	34,07
	324,78	301,93
Provisões Trabalhistas		
Férias	579,48	378,39
Encargos Sociais sobre Férias (¹)	-	152,44
	579,48	530,83
	904,26	832,76

(¹) A partir do exercício de 2015 os encargos sobre férias estão sendo apresentados como obrigações com Impostos e Contribuições Sociais, apresentação considerada mais adequado.

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

21. Encargos do Consumidor a Recolher

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	562,44	47,28
Taxa de Fiscalização - TFSEE	6,15	5,93
Bandeira Tarifárias	868,66	-
	1.437,25	53,21

22. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2013	14,72	7,37	210,52	407,27	639,88
Constituições	70,93	35,46	70,93	177,32	354,64
Juros Selic	-	-	13,76	31,23	44,99
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(71,57)	(35,79)	-	-	(107,36)
Em 2014	14,08	7,04	295,21	615,82	932,15
Constituições	76,56	38,28	76,56	191,39	382,79
Juros Selic	-	-	20,22	55,88	76,10
Realização	-	-	(133,29)	-	(133,29)
Recolhimentos	(78,43)	(39,22)	-	-	(117,65)
Em 2015	12,21	6,10	258,70	863,09	1.140,10

23. Provisão para Contingências

	2015			2014		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Provisões para Contingência - Longo						
Trabalhistas	(106,00)	-	Com dep.	91,00	106,00	Com dep.
Cíveis e Terceiros	185,40	405,40	Com dep.	(5,76)	220,00	Com dep.
Fiscais/Tributárias	1.976,82	2.341,17			364,35	Sem dep.
	2.056,22	2.746,57		85,24	690,35	

24. Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	30,70	797,67
Destinações do FATES - 2012	0,00	43,71
Convênios de Arrecadação	0,00	86,63
Outros	825,91	216,54
	856,61	1.144,55
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536,16	536,16
	536,16	536,16

25. Patrimônio Líquido

25.1. Capital Social

25.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.629.64 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 estava representado por 2.602,35 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

25.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 21.011 associados em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 eram 20.146 associados.

25.2. Natureza e Finalidade das Reservas

25.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

25.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

25.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

25.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2015	2014
Resultado do Exercício	3.913,01	5.045,61
Destinações		
RATES	453,47	357,40
Reserva Legal	364,16	493,50
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	<u>1.820,81</u>	<u>2.467,47</u>
	2.638,44	3.318,37
Realização de Reservas		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	817,13	-
RATES	318,47	166,21
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	<u>267,08</u>	<u>175,40</u>
	1.402,68	341,61
Sobras a Disposição da AGO	<u>2.677,25</u>	<u>2.068,85</u>

26. Ingresso/Receita Operacional

	2015	2014
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.837,44	3.528,82
Industrial	6.316,99	4.085,54
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.877,91	1.854,84
Rural	2.701,14	1.900,16
Poder Público	248,52	169,89
Iluminação Pública	530,68	320,92
Serviço Público	147,22	91,94
Renda Não Faturada	17,00	58,25
Efeitos da Revisão/Reajuste	-	(447,01)
	17.676,90	11.563,35
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	8.161,72	7.504,59
Industrial	11.780,40	9.727,92
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.902,75	4.416,49
Rural	5.014,99	4.738,88
Poder Público	430,17	404,51
Iluminação Pública	809,44	764,13
Serviço Público	208,14	218,91
Renda Não Faturada	34,51	138,70
	31.342,12	27.914,13
c) Receita de Construção	5.393,80	15.670,60
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	185,15	186,27
Doações, Contribuições e Subvenções (¹)	5.200,49	5.128,99
Serviço Taxado	-	64,72
Outras Receitas	-	139,59
Efeitos da Revisão/Reajuste	107,55	25,19
	5.493,19	5.544,76
	<u>59.906,01</u>	<u>60.692,84</u>

(¹) Doações, Contribuições e Subvenções

Subsídio - Água/Esgoto	16,44	41,83
Subsídio - Rural	3.093,47	2.756,80
Subsídio - Irrigante	99,38	56,15
Subsídio - Distribuição	1.859,93	2.201,68
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	79,22	72,53
Outras Doações	52,05	-
	5.200,49	5.128,99

27. Deduções da Receita/Ingresso

	2015	2014
Tributos Sobre a Receita		
ICMS	10.831,84	8.690,41
	10.831,84	8.690,41
Encargos Setoriais		
Bandeiras Tarifárias	2.607,86	-
CDE	2.112,81	560,80
P&D e PEE	382,78	177,32
Outros	72,06	177,32
	5.175,51	915,44
	16.007,35	9.605,85

28. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2015				
Fornecimento de Energia Elétrica	17.676,90	(3.940,73)	(1.707,92)	12.028,25
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	31.342,12	(6.891,11)	(3.467,59)	20.983,42
Receita de Construção	5.393,80	-	-	5.393,80
Outras Receitas Operacionais	5.493,19	-	-	5.493,19
	59.906,01	(10.831,84)	(5.175,51)	43.898,66
Em 2014				
Fornecimento de Energia Elétrica	11.563,35	(2.761,55)	(118,39)	8.683,41
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	27.914,13	(5.928,86)	(619,73)	21.365,54
Receita de Construção	15.670,60	-	-	15.670,60
Outras Receitas Operacionais	5.544,76	-	-	5.544,76
	60.692,84	(8.690,41)	(738,12)	51.264,31

29. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2015 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(16.714,58)	-	-	-	(16.714,58)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(792,93)	-	-	-	(792,93)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(2.600,44)	-	-	-	(2.600,44)
Pessoal e Administradores	(5.200,06)	-	(1.676,05)	-	(6.876,11)
Material	(2.023,21)	-	(190,48)	-	(2.213,69)
Serviços de Terceiros	(1.177,62)	-	(671,53)	-	(1.849,15)
Depreciação e Amortização	(1.100,82)	-	(90,61)	-	(1.191,43)
Custo de Construção	(5.393,80)	-	-	-	(5.393,80)
Outros Custos e Despesas	(1.257,61)	(34,82)	(233,21)	(588,61)	(2.114,25)
	(36.261,07)	(34,82)	(2.861,88)	(588,61)	(39.746,38)
Em 2014 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(12.977,13)	-	-	-	(12.977,13)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(712,98)	-	-	-	(712,98)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(6.367,73)	-	-	-	(6.367,73)
Pessoal e Administradores	(4.657,26)	-	(1.517,91)	-	(6.175,17)
Material	(1.014,07)	-	(176,05)	-	(1.190,12)
Serviços de Terceiros	(1.078,63)	-	(538,00)	-	(1.616,63)
Depreciação e Amortização	(645,53)	-	(84,51)	-	(730,04)
Custo de Construção	(15.670,60)	-	-	-	(15.670,60)
Outros Custos e Despesas (*)	(79,43)		(664,83)	77,78	(666,48)
Custos dos Outros Serviços Prestados	(5,44)	(67,78)	-	-	(73,22)
	(43.208,80)	(67,78)	(2.981,30)	77,78	(46.180,10)
(*) Efeitos da Revisão/Reajuste					(634,18)
		2014			

29.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

30. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	203,37	10,19
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	589,93	294,27
Outras Receitas Financeiras	<u>146,35</u>	<u>47,52</u>
	<u>939,65</u>	<u>351,98</u>
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	-	10,53
Juros e Multas	1.029,09	195,32
IOF	2,38	5,04
Outras Despesas Financeiras	<u>109,13</u>	<u>144,75</u>
	<u>1.140,60</u>	<u>355,64</u>
	<u>(200,95)</u>	<u>(3,66)</u>

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2015 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.074,10 mil, representando cerca de 2,83% do total das receitas da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e Conselhos	-	17,10	433,14	-	15,72	379,22
Encargos Sociais	-	10,10	108,59	-	8,95	94,25
Outros	-	-	20,36	-	-	25,64
	-	27,20	562,09	-	24,67	499,11

33. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2015

Contas	Operações com		Tributação Diferida	Total
	Associados	Terceiros		
1 - Receita Operacional Bruta	54.287,42	224,79	5.393,80	59.906,01
2 - Deduções da Receita Bruta	16.007,36	-	-	16.007,36
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	10.831,84	-	-	10.831,84
2.2 - Encargos Setoriais	5.175,52	-	-	5.175,52
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	38.280,06	224,79	5.393,80	38.504,85
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	28.658,15	35,16	5.393,80	28.693,31
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	9.621,91	189,63	-	9.811,54
6 - Despesas Operacionais	5.980,29	(189,72)	-	5.790,57
Despesas Gerais e Administrativas	5.577,65	11,97	-	5.589,62
Despesas Menos Receitas Financeiras	402,64	(201,69)	-	200,95
7 – Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6)	3.641,62	379,35	-	4.020,97
8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	107,96	-	107,96
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	73,03	-	73,03
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	34,93	-	34,93
9 - Resultado Líquido do Exercício (7-8)	3.641,62	271,39	-	3.913,01
Resultado Líquido do Exercício em 2014	4.934,96	110,65	-	5.045,61

34. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos, máquinas e equipamentos da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos			
Caminhões	26/05/2016	550,00	12,98
Subestação	26/08/2016	14.000,00	36,35
Utilitários e Automóveis	26/05/2016	850,00	15,84
		15.400,00	65,17
Máquinas e Equipamentos			
Religadores e Reguladores	28/07/2016	1.080,00	29,05
		1.080,00	29,05
Edificações			
Prédio Sede	26/08/2016	1.050,00	2,73
		1.050,00	2,73
		17.530,00	96,95

35. Contingências

35.1. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

35.1.1. INSS - Em 2008 a cooperativa foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A cooperativa efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

35.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a cooperativa reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da cooperativa o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, restando passível de discussão a base material da notificação.

A administração da cooperativa entende que há tendência negativa quanto ao êxito da defesa, optando pelo reconhecimento da obrigação mediante provisão.

35.2. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS É A cooperativa mantém provisão de R\$ 405,40 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 220,00 mil reconhecidos em 2014.

36. Outras Informações

36.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela ELETROBRAS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 675,38 e de R\$ 1.668,42 em 31 de dezembro de 2014.

36.2. Reajuste Tarifário

Em setembro de 2015 a CERBRANORTE passou pelo processo de reajuste tarifário anual, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.950 de 22 de setembro de 2015. As tarifas da CERBRANORTE, constantes da Resolução Homologatória nº 1.800, de 23 de setembro de 2014, ficaram reajustadas em 20,20%, sendo, 17,98% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 2,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

36.3. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

36.4. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

36.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2015.



Antonio José da Silva
Presidente



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/O-4

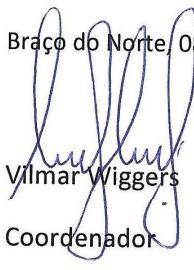
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERBRANORTE

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE
CNPJ: 86.433.042/0001-31
NIRE: 42.4.000032-1

ATA Nº 03-2016 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sítio a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com inicio às 16:00min, com o coordenador Sr. Vilmar Wiggers cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobre e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2015, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento às determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobre e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 22 (vinte e dois) de março do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretário pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.

Braço do Norte, 08 de março de 2016.


Vilmar Wiggers
Coordenador


Jailson Cardoso
Secretario


Dilnei Effting
Membro Efetivo


Leonice Moraes Lemming


Leandro

4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e nº 35, em 9 de outubro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS sobre o faturamento. Tendo em vista que em novembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, em favor da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, no exercício de 2015, a Sociedade, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente, os valores originalmente apresentados em referido auto de infração, no montante de R\$ 1.977 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas e como informação suplementar pelas IFRS, as quais não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Maringá - PR, 11 de março de 2016

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2